

ANAIS DA XXIII JORNADA NACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
SITUAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DOS BARÉ EM MANAUS

Virginia do Nascimento Peixoto
(Universidade Federal do Amazonas)

RESUMO: Este trabalho integra um projeto mais amplo: um levantamento da situação sociolingüística dos indígenas residentes em Manaus. A pesquisa referente aos Baré foi realizada no biênio 2003-2004, orientado pela Dra. Dulce do Carmo Franceshini, como parte do Programa de iniciação Científica/UFAM, objetivando analisar o nível de bilingüismo, o valor funcional e a atitude dos Baré residentes em Manaus, em relação às línguas ainda faladas por eles. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e de campo. Nesta, localizaram-se os membros do grupo Baré em Manaus, os quais forneceram, por meio de entrevistas, os dados para a análise sociolingüística da língua dos mesmos. Analisaram-se os dados, considerando as variáveis de sexo, idade, constituição familiar, tempo de vivência em Manaus e escolaridade, com base nos enfoques teóricos de Christine DE Heredia (1989) que trata do bilingüismo individual e de Joshua Fishman (1964) que analisa o bilingüismo social.

PALAVRAS-CHAVES: Línguas indígenas urbanas - povo Baré - sociolingüística qualitativa

1. Introdução

O crescimento estatístico da população indígena urbana passou a ser oficialmente incluído no censo geral da população do país em 1990, revelando um expressivo aumento da população indígena no espaço urbano. Em Manaus, os indígenas estão dispersos pela cidade, vivendo isoladamente, ou em comunidades, em áreas periféricas.

Mas a vida urbana apresenta exigências que os indígenas não tinham em suas Terras, e diante da “necessidade de se integrar” para alcançar melhores condições de vida para suas famílias, acabam abandonando a própria língua, isso, quando ainda a falam.

Contudo, grupos indígenas de diferentes etnias que migraram para a cidade de Manaus vêm se organizando para serem reconhecidos como indígenas e reivindicarem seus direitos, mesmo não vivendo nas áreas consideradas indígenas, por esta razão tem crescido o interesse desses grupos em manter as suas línguas, elemento formador da identidade cultural.

Entretanto, não é fácil para os indígenas manter a língua e a cultura na cidade, onde predomina a Língua Portuguesa, daí a necessidade de uma análise sociolingüística dos grupos que migraram para a cidade. O resultado deste levantamento trará conhecimento sobre a situação de línguas minoritárias e pode colaborar na definição de uma política linguística, que favoreça a língua dos grupos indígenas no contexto urbano.

A situação sociolingüística do grupo Baré, pôde ser conhecida através da análise de dados obtidos em pesquisa de campo. Este conhecimento poderá contribuir posteriormente, se for do interesse do grupo Baré.

2. Breve história do contato

Os Baré, povo Arawak, são sobreviventes da conhecida história de contato entre nativos e colonizadores na primeira metade do século XVI com a colonização portuguesa, e mais tarde por aqueles interessados na integração da Amazônia às estruturas da nação brasileira.

A sobrevivência dos Baré foi difícil, pois eram moradores das margens dos rios, região de fácil acesso que os deixava mais vulneráveis às investidas das tropas de resgate, apesar de serem fortes lutadores contra o tráfico de escravos. Porém, mesmo sendo de grande resistência há notícias de que desde 1669 eles eram descidos para o forte de São José do Rio Negro (atual cidade de Manaus). No Arquivo Público de Belém do Pará há registros da captura desses índios em grande número entre os anos de 1739 e 1755 (CABALZAR & RICARDO, 1998).

A conseqüência do contato com o branco na região do rio Negro não foi muito diferente da de outras áreas indígenas do Brasil. Em pouco tempo a população da região declinou fortemente. Segundo Cabalzar & Ricardo (1998), as perdas demográficas eram causadas pelas lutas nas guerras de captura, catástrofes do tráfico de índios e por fortes epidemias de doenças trazidas pelos colonizadores na metade do século XVIII.

No contato com os brancos, os Barés sofreram processo de perda semelhante aos membros de outras etnias, no entanto, a repressão contra sua integridade física e cultural teve alto grau por serem os primeiros a entrar em contato com os colonizadores europeus, devido sua localização geográfica. Poucas informações se têm, no entanto, sobre este contato. Porém é possível dizer que em conseqüência deste, os Baré assimilaram elementos da cultura dos brancos a ponto de serem rotulados de “caboclos” e não serem mais reconhecidos como indígenas¹. Esse povo chegou inclusive a ser considerado extinto por Galvão (1979). No entanto, como resultado de um levantamento antropológico realizado em 1991, na região do baixo rio Negro, reivindicado por líderes da ACIBRIN (Associação das Comunidades Indígenas do Baixo rio Negro), o antropólogo Márcio Meira constatou a existência de uma importante população Baré às margens do baixo rio Negro. Essa população que se auto-identifica como Baré, afirma habitar este território desde tempos imemoriais. Essa informação é confirmada por estudos recentes sobre a ocupação pré-colonial da região do rio Negro. Esses indicam que os Arawak foram os primeiros a chegar ao rio Negro e revelam que os Baré eram os principais habitantes do baixo rio Negro em épocas proto-históricas, supondo que a presença deste grupo nesta região data de 3000 a 1000 a.C. (MEIRA, 1996).

Para diferenciar-se e afirmar-se étnica e culturalmente junto à sociedade branca, os Baré adotaram o Nheengatu que já reconheciam como sua fala tradicional, e também festas cristãs que lhes foram transmitidas pelos missionários desde o século XVIII.

3. O povo Baré - localização e população

Na época da pesquisa, os Baré totalizavam 4.000 indígenas entre os que viviam na Venezuela e no Brasil. Sendo que no Brasil sua população era estimada em 2.740 pessoas, vivendo principalmente nos cursos médio e superior do rio Negro e seus afluentes Içana e Xié. Já na Venezuela, os Baré totalizavam 1.210 pessoas, vivendo na região do canal Casiquiari,

Os Baré, assim como as outras etnias do Alto rio Negro, vivem em comunidades ou em sítios. O termo comunidade – organização das moradias que tomaram o “lugar das aldeias” foi introduzido por missionários desde a época da colonização. De acordo com levantamento do FOIRN / ISA² (1998) as comunidades foram “tomando lugar” das aldeias devido a influências de missionários católicos e protestantes e hoje faz parte do vocabulário destes grupos. As comunidades compõem-se de uma casa comunitária, uma capela num lugar central ou uma casa de oração protestante, uma pequena escola e eventualmente um posto de saúde. Já nas localidades chamadas “sítios”, encontram-se apenas casas de moradia.

¹ Até recentemente, os Baré eram considerados “brancos” pela FUNAI, mas atualmente estão em um processo de reivindicação de sua identidade étnica e de revitalização da “cultura ancestral”.

² Federação das Organizações Indígenas do rio Negro/Instituto Socioambiental .

O levantamento da FOIRN / ISA (1998) dá conta de que os Baré do Brasil vivem em 175 localidades, distribuídas em 52 comunidades e 123 sítios, conforme apresentado na tabela abaixo:

Comunidades e sítios Baré no Alto e Médio rio Negro

Localidades	Comunidades	Sítios
Alto rio Negro	22	86
Médio rio Negro	19	23
Xié	06	12
Baixo Içana	01	01
Baixo rio Negro	04	-
Riu Uaupés	-	01
Total	52	123

Fonte: FOIRN / ISA, 1996.

Os indígenas da etnia Baré agrupam-se principalmente com os Baniwa, os Tukano e os Dessana e a maior parte da sua população está dispersa em sítios, ao longo do alto e médio rio Negro. Das 175 localidades Baré, observou-se que em 132 vivem apenas membros desta etnia.

A razão provável da convivência em muitas localidades com grupos étnicos diferentes são aspectos culturais comuns, como mitos, atividades de subsistência, arquitetura tradicional e cultura material, que podem ser observados com mais evidência entre os Baniwa, Baré, Tariano e Tukano.

Os Baré também convivem ainda com não indígenas nas localidades de Cucuí (alto rio Negro), Livramento e São Gabriel da Cachoeira (médio rio Negro).

4. A língua Baré

A língua Baré pertence à família lingüística Arawak. Conforme classificação de Hamirez (2001), as línguas desta família lingüística estão dispersas numa área geográfica que se estende desde as Bahamas ao norte, até o Paraguai, ao sul. Da foz do rio Amazonas, a leste, até os Andes, a oeste. Este lingüista reagrupou as línguas desta família em dez divisões principais, conforme as suas posições geográficas, classificando-as em subfamília Ocidental e subfamília Oriental (ver anexo 2).

A maior parte destas divisões de línguas encontra-se na Amazônia Setentrional, área delimitada pelo Amazonas ao sul, pelos Andes ao oeste, pelos rios Orinoco e Meta ao norte e pelos rios Branco e Essequibo ao leste. Nesta área estão localizadas 28 das 43 línguas Arawak. Destas 28 línguas apenas 12 ainda são faladas.

A língua Baré faz parte da subfamília Ocidental, divisão³, na divisão Alto Rio Negro. No Brasil, esta língua foi gradativamente substituída pela Língua Geral ou Nheengatu - língua crioula criada a partir do Tupinambá da costa do Atlântico e introduzida pelos missionários jesuítas nos primeiros séculos para viabilizar a colonização - e pelo Português. Segundo Ramirez (2001), a língua Baré era falada apenas na Venezuela por seis idosos, o que a coloca em iminente perigo de extinção. Este processo de perda lingüística também pode ser observado com relação ao Nheengatu falado pelos Baré e outros grupos indígenas, pois o mesmo está se mantendo apenas na região do Alto rio Negro.

³ São classificadas como variedades lingüísticas pertencentes a divisões diferentes aquelas que apresentam de 35 a 50% de cognatos (RAMIREZ, 2001).

5. Os Baré em Manaus

Apresentaremos a seguir a análise da situação sociolingüística dos Baré residentes no município de Manaus, bem como dados como localização e população, a história de migração, a constituição familiar e o tempo de residência em Manaus, que ajudaram a compreender a situação sociolingüística do grupo.

5.1 Localização e População

O acesso à população indígena que tem migrado de suas terras para a cidade de Manaus não foi tão simples, pois a cidade cresceu consideravelmente nas últimas décadas e grande parte dos indígenas migrantes vive isoladamente, em áreas periféricas. Dessa forma, para iniciar a pesquisa de campo e localizar os Baré residentes em Manaus foram utilizados alguns endereços constantes de fichários da área de saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), referentes a cadastramento feito no ano de 2000.

Conforme levantamento desta entidade, vinte e duas famílias Baré estariam residindo em Manaus, distribuídas em onze bairros da cidade, num total de oitenta e seis pessoas, conforme mostra a tabela abaixo:

Famílias Baré residentes em Manaus

BAIRRO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	NÚMERO DE PESSOAS
Nova Esperança	05	14
Invasão Centro-sul	01	05
Mauazinho I	02	15
Mauzainho II	01	02
Monte das Oliveiras	02	04
Compensa II	04	16
Nova Conquista	01	05
Riacho Doce	01	09
Campo Dourado	03	19
Grande Vitória	01	03
Mundo Novo	01	04
Total	22	86

Fonte: FIOCRUZ, 2000.

No entanto, no início da pesquisa de campo (2003), localizamos apenas 12 famílias, no bairro Compensa II, totalizando 96 pessoas, na seguinte situação: quatro famílias não se reconheceram como Baré; quatro não eram indígenas; apenas quatro reconheceram-se com Baré⁴⁴.

Portanto, das famílias localizadas a partir dos fichários da FIOCRUZ, apenas quatro se reconhecem como sendo Baré e somam noventa e seis pessoas, um número de pessoas superior ao indicado para estas famílias pela FIOCRUZ em 2000.

A partir de nova pesquisa de campo, realizada por indicação de alguns Baré, foram encontradas mais trinta famílias Baré, que vivem em diversos lugares do município de Manaus, conforme a tabela abaixo:

Famílias Baré no município de Manaus

Localização	Número de Famílias	Nº. De Pessoas
Comunidade Terra Preta	21	24
Com. Nª. Sª. do Livramento	02	24
Bairro Lírio do Vale II	03	26

⁴⁴ Na pesquisa de campo, um dos critérios na identificação dos indígenas foi o autoreconhecimento.

Bairro Santo Agostinho	03	25
Bairro São Jorge	01	20
TOTAL	30	216

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

Os Baré localizados em Manaus a partir dos dados da Fundação Osvaldo Cruz e os encontrados por meio de pesquisa de campo totalizam trezentos e doze pessoas que foram reagrupadas em dez famílias extensas, como podemos observar na tabela a seguir:

Número de pessoas das famílias Baré em Manaus

FAMÍLIA EXTENSA	LOCAIS DE RESIDÊNCIA	Nº DE PESSOAS	Nº DE BARÉ
I	Comunidade de Terra Preta	92	83
II	Compensa II	61	43
III	Compensa II	35	26
IV	Santo Agostinho	25	22
V	Com. de N.ª.S.ª do Livramento	24	18
VI	Terra Preta	21	19
VII	São Jorge	20	16
VIII	Lírio do Valle II	18	16
IX	Terra Preta	8	6
X	Lírio do Valle II	8	6
TOTAL		312	256

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

A comunidade de Terra Preta fica na margem esquerda do baixo rio Negro, Município de Manaus. Nesta comunidade vivem vinte e três famílias indígenas; destas, vinte e uma são Baré (121 pessoas), uma Baniwa e uma Munduruku. Porém, nas duas viagens feitas à Terra Preta só foi possível entrevistar dezesseis membros das famílias Baré.

Para efeito de análise, as famílias Baré foram agrupadas em 10 famílias extensas, sendo que as três primeiras residem em Terra Preta, uma na comunidade Livramento (Família IV) e as demais em diferentes bairros de Manaus. A tabela abaixo apresenta o número de membros de cada família, assim como quantos destes são Baré e quantos são de outras etnias ou não indígenas em cada uma destas famílias.

Número de pessoas por família extensa dos Baré em Manaus

FAMÍLIAS	Nº. DE PESSOAS	BARÉ	OUTRAS ETNIAS	NÃO INDÍGENAS
Com. Terra Preta I	92	83	04	05
Com. Terra Preta II	21	19	02	-
Com. Terra Preta III	08	07	-	01
Com. Livramento IV	24	18	02	04
Manaus V	61	43	-	18
Manaus VI	35	26	-	09
Manaus VII	25	22	-	03
Manaus VIII	20	16	-	04
Manaus IX	18	16	-	02
Manaus X	08	06	-	02
TOTAL	312	256	08	48

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

5.2 O processo migratório e o tempo de residência em Manaus

O processo migratório das famílias Baré entrevistadas ocorreu de forma indireta para a maioria das famílias, pois estas antes de migrarem para Manaus residiram em outras localidades. Este processo se realizou de forma contínua deste 1969 até hoje, tendo sido mais intenso nas

décadas de 70 e 80. A principal razão dessa migração foi a busca de melhores condições de vida, no que se refere, principalmente, a oportunidades de emprego e estudo.

As famílias Baré vieram principalmente de localidades situadas no Alto rio Negro, próximo da Venezuela (comunidades: Cucuí, Paquetá, Santo Antônio, Divisão), rio Eini, igarapé do rio Negro (Anadono), rio Xié (Nazaré), foz do Içana (Boa Vista) e no rio Ineuixi, (Escondido) Baixo rio Negro.

5.3 Situação socioeconômica e escolaridade

Embora todos tenham casa própria, a maioria não dispõe de renda fixa. Os Baré que residem em Terra Preta vivem das mesmas ocupações que tinham na área indígena (roça, produção de farinha, pescaria e artesanato) sendo mais para o próprio consumo, apenas uma família possui um comércio. Esta comunidade dispõe de um motor de luz e um poço artesiano para a manutenção da escola. Quanto aos Baré que vivem na comunidade do Livramento, estes vivem de ocupações informais (lavar, passar, roça e outros trabalhos braçais), com exceção de um que é professor efetivo. Já os Baré que vivem nos bairros de Manaus também se ocupam de trabalhos informais na sua maioria, alguns são autônomos e cinco trabalham com carteira assinada.

O nível de escolaridade das famílias Baré também não é elevado, apenas 22 concluíram o Ensino Médio.

6. A situação sociolinguística dos Baré em Manaus

Nesta análise pretendeu-se observar o nível de bilingüismo (ou monolingüismo) dos membros do grupo Baré, tomando por base as teorias de Christine DE Heredia (1989) que busca descrever as habilidades lingüísticas dos falantes; e verificar o valor funcional das línguas indígenas faladas pelos membros desse grupo, conforme o enfoque de Joshua Fishman (1964).

No seu estudo, DE Heredia classifica o bilingüismo em *bilingüismo passivo e ativo*. No bilingüismo passivo, os indivíduos compreendem as duas línguas de seu repertório lingüístico, mas falam apenas uma, seja por não saber falar (só compreender) ou por se recusar a falar, como é o caso de muitos indígenas, que devido à supervalorização da língua do ambiente recusam-se a falar a sua língua de origem, considerada inferior. Já no bilingüismo ativo, os indivíduos não só compreendem as duas línguas de seu repertório lingüístico, como as falam.

Já Fishman, analisa o bilingüismo social levando em conta os aspectos sociais que influenciam o uso das línguas numa dada comunidade de fala. Fishman procura examinar a interação entre o uso da língua⁵ e a organização social do comportamento de uma comunidade de fala⁶. Não se trata de uma preocupação apenas com a língua em si mesma, mas de investigar quais as atitudes e o comportamento dos falantes em relação à sua língua, com o objetivo de verificar quais são as regras de uso social das variedades lingüísticas da comunidade de fala. Na análise de Fishman distinguem-se dois momentos: um, *sincrônico*, em que se procura descrever os padrões de organização social existentes no uso das línguas na comunidade de fala e do comportamento dos falantes em relação a estas línguas, considerando que as comunidades de fala nem sempre manifestam o mesmo uso ou o mesmo comportamento. Para essa descrição procura-se responder a indagações como: quem fala, ou escreve, que *língua*, a quem, quando e para que fim? O segundo momento da investigação consiste numa análise *diacrônica*, na qual se tenta explicar que fatores

⁵ O termo língua, aqui deve ser entendido como variedade, considerando-se variedade uma língua diferente, ou um 'dialeto' social diferente, ou um 'dialeto' profissional diferente, ou um 'dialeto' regional diferente (Cf. FISHMAN).

⁶ Tem-se uma *Comunidade de fala* quando os membros do agrupamento social têm pelo menos, em comum, uma variedade lingüística, assim com as normas de seu emprego (Fishman 1971).

motivam as diferentes mudanças na organização social do uso da língua e do comportamento em relação à língua.

Para Fishman, embora o bilingüismo seja uma habilidade lingüística individual, a escolha de uma ou outra variedade e o seu uso adequado não ocorre ao acaso, mas é determinado sócio-culturalmente. A escolha da variedade depende da *situação*, sendo esta definida como: “a co-ocorrência de dois (ou mais) interlocutores mutuamente relacionados de uma maneira determinada, comunicando sobre um determinado tópico, num determinado contexto” (1971, p. 29). Fishman agrupa as situações que demandam uma mesma variedade lingüística em classes de situações e a estas chama de *domínio*. Os domínios também podem ser definidos sócio-culturalmente como, por exemplo, o domínio do lar, da religião, da educação e do trabalho, os quais podem exigir ou não uma ou outra variedade.

Fishman, no estudo de comunidades bilíngües, caracterizou dois tipos de bilingüismo: o *bilingüismo estável* e o *instável*. Se a diferenciação funcional das variedades do repertório lingüístico dos falantes estiver sendo sistemática e amplamente mantidas, significará que essas comunidades estão mantendo o seu padrão sociolingüístico e encontram-se numa situação de bilingüismo estável, isto é, as línguas mantêm seus próprios domínios sociais, sem que uma das línguas ocupe os domínios da outra, mantêm-se, portanto, funcionalmente distintas. Porém, se, ao contrário, a distribuição funcional das línguas não estiver bem definida e houver flutuação entre os domínios de uma ou outra variedade, estaremos diante de uma situação de bilingüismo instável, isto é, uma das línguas estará perdendo seu valor funcional, deixando de ser falada em domínios sociais que antes lhe pertenciam e, portanto, estará perdendo espaço na comunidade de fala, o que em muitos casos poderá levar a uma situação de monolingüismo.

A partir destas teorias sobre o bilingüismo é que foi feita a análise sociolingüística dos Baré, por família extensa.

6.1 Família I (Comunidade Terra Preta)

Esta família é composta por 92 pessoas, sendo que 83 são Baré e reside há mais ou menos dezoito anos na Comunidade Terra Preta, Município de Manaus. Foram entrevistadas 15 pessoas desta família.

O processo migratório desta família começou década de 1980 com os membros da 2ª geração que vieram diretamente da comunidade de Boa Vista, foz do Içana, acima do Município de São Gabriel da Cachoeira para a comunidade de Terra Preta. MB⁷ e OB (3ª geração) nasceram no sítio Caburis, GB (3ª geração) na comunidade de São Felipe, localidades do rio Negro. Os mais novos, JB, PB e EB, também da terceira geração, nasceram na comunidade de Boa Vista. Alguns membros desta geração vieram da foz do Içana, outros, da comunidade de Vila Nova, médio rio Negro.

O Nheengatu é falado por esta família desde quando a primeira geração vivia na região do Alto rio Negro, próximo da Venezuela, e até o presente momento na Terra Preta. Mesmo os avôs paternos (primeira geração) que eram Baré, já não falavam mais a língua do grupo, o Baré, mas o Nheengatu, o qual foi transmitido ao filho LB (segunda geração) como primeira língua. Os avôs maternos dos membros das terceira geração eram Baniwa, bilíngües em Baniwa e Nheengatu e transmitiram aos filhos o Baniwa como primeira língua. No entanto, AB da segunda geração que era Baniwa, ao constituir família com LB (Baré), aprendeu o Nheengatu com o marido e tornou-se bilíngüe ativa em Baniwa e Nheengatu. Porém a língua do lar nesta família e a que foi transmitida

⁷ As iniciais dos nomes se referem às pessoas que foram entrevistadas, ou as que foram citadas pelos entrevistados.

aos filhos (terceira geração) foi o Nheengatu. Por esta razão, todos os membros da terceira geração são bilíngües ativos em Nheengatu, aprendido no seio da família e no convívio com os vizinhos em seu local de origem, e em Português, que aprenderam pelo contato com pessoas de fora do lar, mais efetivamente depois que ingressaram na escola.

Quanto aos membros da quarta geração, observa-se um crescente processo de perda lingüística em relação à terceira geração. Embora seus pais fossem bilíngües ativos, apenas aos filhos mais velhos transmitiram o Nheengatu, enquanto que, os mais novos são bilíngües passivos em Nheengatu, isto é, apenas entendem esta língua. A não transmissão da língua indígena aos mais novos se deve, talvez, ao fato dos pais acreditarem que seus filhos terão mais oportunidades na vida se souberem falar bem o Português, o que poderia ser prejudicado caso falassem em Nheengatu com seus filhos.

Já na quinta geração, o Português é aprendido como primeira língua por todos seus membros que são ainda crianças, sendo que estas se tornam bilíngües passivos em Nheengatu pelo convívio na comunidade e, principalmente, pelo convívio com os avôs.

Quanto à funcionalidade, observa-se que o Nheengatu ainda é usado, mas já não é única a língua do lar, pois a maioria dos pais fala com as crianças em Português. Há uma alternância entre o uso do Nheengatu e do Português. Entre os membros da terceira e quarta geração, no domínio do lar, os pais utilizam, principalmente, o Nheengatu para falar entre si e com os filhos mais velhos. Já com os filhos mais novos empregam principalmente o Português, no entanto, às vezes, para chamar a atenção das crianças, chamar para comer, para dar algumas ordens referentes a serviço doméstico como, mandar arrumar a casa, lavar louça, etc. utilizam o Nheengatu. Fora do lar o Nheengatu é usado com os vizinhos, ou com visitas que sabem o Nheengatu e também quando não querem ser entendidos. No trabalho da roça e do artesanato usam mais o Nheengatu. No culto, embora o mesmo seja celebrado em Português, também são utilizados cantos em Nheengatu e, entre os que participam há comentários em Português, mas também em Nheengatu. Na quarta geração a funcionalidade do Nheengatu está ligada à necessidade de comunicação com parentes e vizinhos mais velhos que não falam ou falam pouco o Português.

Observa-se que a atitude lingüística desta família não se coaduna com seu comportamento, pois afirmam o desejo de não deixar que o Nheengatu se perca, no entanto, eles não estão transmitindo esta língua aos seus filhos. É importante observar que apesar da falta de coerência entre comportamento e atitude, alguns membros desta comunidade manifestaram o desejo de uma escola bilíngüe, o que pode ajudar no processo de revitalização do Nheengatu nesta comunidade.

6.2 Família II (Comunidade Terra Preta)

Esta família é composta por vinte e uma pessoas, sendo que 19 são Baré e dois de outras etnias (Tariano e Mura) que residem na Terra Preta há mais ou menos dez anos. Dentre seus membros, foram entrevistados um da primeira e três da segunda geração. O processo migratório desta família originária da comunidade de Nazaré, no rio Xié, iniciou-se no ano de 1994 com DY (segunda geração), que veio com o marido que é Tariano, e dois filhos para Manaus. Hoje eles têm cinco filhos, sendo que três destes nasceram em Terra Preta. Dois anos depois seu irmão JY foi visitá-los em Terra Preta, gostou do lugar, casou com uma moça Baré (filha de MB da família extensa I) e resolveu ficar. Mais tarde, sua mãe CY (72 anos) que vivia em Nazaré, também foi para lá com os dois filhos mais novos. Estes se casaram em Terra Preta e aí permaneceram com suas famílias.

As línguas faladas no local de origem dessa família eram Nheengatu, Baniwa, Português e Warekena. CY, representante da primeira geração, filha de pai Baré (língua Nheengatu) e mãe

Warekena, (língua Warekena) era bilíngüe ativa em Nheengatu e passiva em Warekena. Com o marido aprendeu a falar Castelhana. Hoje é praticamente monolíngüe em Nheengatu, pois lembra muito pouco do Warekena e do Castelhana. Com relação ao Português, começou a aprender algumas palavras na Terra Preta, mas como pouco entende, as pessoas falam com ela em Nheengatu. Todos os membros Baré, da segunda geração desta família são bilíngües ativos em Nheengatu e Português. Já os membros da terceira geração são bilíngües passivos em Nheengatu.

O Nheengatu, no domínio do lar nesta família, é utilizado principalmente nas conversas entre CY (primeira geração) que ainda é monolíngüe nesta língua, e seus filhos (segunda geração). Mas, quando se trata das relações entre os membros da segunda geração, esta língua já não é tão usada, pois estes usam mais o Português, tanto para falar entre si, quanto para falar com as crianças. Fora do lar, o Nheengatu é usado principalmente pelos adultos e mais velhos para conversar entre si, já quando estes se dirigem às crianças, caso saibam o Português, preferem utilizá-lo em detrimento do Nheengatu. Apenas a filha mais velha da terceira geração usa o Nheengatu no lar, para falar com o marido que, embora seja Tariano, fala o Nheengatu. No entanto, com os filhos utiliza principalmente o Português, o que explica o fato dos membros da quarta geração apresentarem todos um monolingüismo em Português.

Quanto à atitude lingüística, observa-se que um membro da primeira geração desta família (CY) e duas representantes da segunda geração (filhas mais velhas), não manifestam somente uma atitude de valorização de sua língua, mas também apresentam um comportamento que manifesta esta atitude, pois a usam efetivamente no lar. Já os outros membros da segunda geração não apresentam coerência entre o seu comportamento e a sua atitude lingüística, pois, embora manifestem o desejo de que seus filhos continuem a falar a língua materna, não a transmitem aos filhos e usam mais o Português em quase todos os domínios sociais, principalmente, em suas relações comunicativas com os filhos.

6.3 Família III (Comunidade Terra Preta)

Esta família é composta por 08 pessoas e residem na Terra Preta há pelo menos quatro anos. Dentre os membros desta família, somente SG da primeira geração foi entrevistada, pois seus pais residem na comunidade de Santa Maria (também município de Manaus) e não foi possível ir até esta comunidade. SG, quando foi entrevistada estava muito doente, o que não nos permitiu prolongar a entrevista, em conseqüência não foi pudemos obter maiores dados sobre a sua família de origem. A primeira geração desta família é originária do sítio Paquetá, rio Negro, Município de São Gabriel da Cachoeira, e iniciou seu processo de migração em 1961. SG nasceu neste sítio e quando tinha cerca de oito anos, sua família migrou para a comunidade de Santa Maria, Município de Manaus. Os pais de SG moram em Santa Maria até hoje.

Apesar do Nheengatu fazer parte do repertório lingüístico desta família no seu lugar de origem, os pais não o transmitiram aos filhos (primeira geração). O Português foi a primeira língua aprendida. SG é bilíngüe passiva em Nheengatu, pois entende e sabe apenas falar algumas frases soltas que aprendeu com a mãe quando tinha cerca de dez anos. Já os membros da segunda geração desta família são monolíngües em Português. Entendem apenas algumas palavras de Nheengatu, pela convivência na comunidade.

A partir dos dados obtidos, observa-se que o Nheengatu para esta família não apresenta mais nenhum valor funcional, pois foi substituído pelo Português em todos os domínios sociais. Embora a entrevistada manifeste o desejo de que seus filhos aprendam o Nheengatu, “para não perder a cultura”, não pode lhes transmitir, pois também não o domina.

6.4 Família IV (Comunidade do Livramento)

Esta família é composta por vinte e quatro pessoas, dentre as quais dezoito são Baré, dois são Baniwa e quatro não são indígenas. Esta família é originária do sítio Escondido, rio Ineuxi, município de Santa Isabel do Rio Negro. Entre os seus membros, localizados na comunidade de Nossa Senhora do Livramento, somente dois concordaram em ser entrevistados (um homem da segunda geração e um da terceira). O processo migratório desta família para Manaus iniciou-se com a vinda de ST (segunda geração) para Manaus em 1975 com a mãe e a família, em busca de melhores condições de trabalho. ST constituiu família com DT, Baré, natural de Santa Isabel do rio Negro. Em 1983 foi para a comunidade de Nossa Senhora do Livramento, onde continua até hoje, trabalhando como Professor estatutário.

A língua Nheengatu ainda é falada por todos os membros da segunda geração desta família. Esta língua foi aprendida com seus pais ainda no alto Rio Negro. A mãe de ST falava mais em Nheengatu com os filhos, porém, o Português já fazia parte do repertório lingüístico desta família e foi aprendido como segunda língua mais por influência do pai e pela convivência com parentes que casaram com não indígenas, também nas relações de trabalho com não indígenas. Mesmo assim, esta geração apresenta um bilingüismo ativo em Nheengatu e Português, no entanto, não transmitiram o Nheengatu para a terceira geração. Esta geração é, na sua maioria, monolíngue em Português, porém alguns de seus membros são bilíngües passivos em Nheengatu, pois apenas entendem esta língua e falam algumas palavras. No entanto, dois membros da terceira geração, filhos mais velhos de ST, apresentam um bilingüismo ativo em Nheengatu e Português. Isto se explica porque os dois aprenderam o Nheengatu ainda em seu local de origem e migraram já adolescentes. Já os membros da quarta geração, que moram em Manaus, são monolíngües em Português.

Quanto ao valor funcional do Nheengatu nesta família, observa-se que esta língua é usada, não tanto no domínio do lar, pois os pais falam com as crianças em Português. Fora do lar é usado para comunicação entre os vizinhos que também falam esta língua, principalmente com os indígenas que vêm do alto rio Negro.

Quanto à atitude lingüística, embora os entrevistados tenham manifestado sentimento de valorização em relação ao Nheengatu, usam mais o Português e é esta língua que estão transmitindo aos seus filhos.

6.5 Família V (Bairro de Manaus)

Esta família é composta por 61 pessoas, sendo que 43 são Baré e 18 não indígenas, que vivem em Manaus há 37 anos. Dentre estas, duas pessoas foram entrevistadas, uma da primeira geração (EP) e outra da segunda (HI). A migração desta família, originária do sítio Divisão, fronteira entre Brasil, Venezuela e Colômbia, para Manaus iniciou em 1967, com a vinda de AP (terceira geração), filha de EP (segunda geração), sendo que a partir deste ano os demais membros da família aos poucos migram também para cá.

Compõem o repertório lingüístico da primeira geração (já falecidos), segunda e terceira geração desta família o Nheengatu e o Português, sendo que seus membros, vivos, apresentam um bilingüismo ativo em Nheengatu e Português. Já na quarta geração apenas dois membros desta família são bilíngües passivos em Nheengatu, os demais, assim como os da quinta geração, apresentam um monolinguismo em Português.

Quanto à funcionalidade do Nheengatu para esta família, observa-se que seu uso está quase restrito ao domínio do lar, é usado esporadicamente na comunicação entre os membros da terceira

geração, e destes, com a representante da segunda. Fora do lar, o Nheengatu é usado no contato com outros indígenas que também falam esta língua. No mais, o uso geral é do Português.

Quanto à atitude lingüística desta família, não se observa muita valorização do Nheengatu, pois os membros da terceira geração, embora ainda falem esta língua, não a transmitiram a geração seguinte. EP é uma exceção, pois embora viva há mais de vinte e oito anos em Manaus onde predomina o uso do Português, continua a falar esta língua com os filhos.

6.6 Família VI (Bairro de Manaus)

Esta família é originária do sítio Divisão, fronteira entre Brasil, Venezuela e Colômbia. É composta por 35 pessoas, sendo 26 Baré e os demais não indígenas. Esta família vive em Manaus há mais de 29 anos. Desta família quatro pessoas foram entrevistadas, duas da segunda geração e duas da terceira.

Fazia parte do repertório lingüístico da primeira geração desta família as línguas Nheengatu, Português e Castelhana. O pai de AI que era pernambucano (militar), monolíngüe em Português, já a mãe, Baré, era plurilíngüe em Nheengatu, Português e Castelhana. A segunda geração desta família apresenta plurilinguismo para AI, ativo em Português, Castelhana e Nheengatu, esta última língua aprendeu desde criança em Marabitanas, na convivência com os vizinhos e depois com a esposa que é bilíngüe ativo em Nheengatu e Português. Observou-se que a maioria dos membros da terceira geração é monolíngüe em Português, a exceção, de dois membros, que são bilíngües passivos em Nheengatu e ativo em Português. Já na quarta geração, todos os membros são monolíngües em Português, assim também os da quinta geração.

Quase não há valor funcional para o Nheengatu no domínio do lar, pois nesta família, ML é que mais domina esta língua, mas não tem com quem conversar, pois seus filhos não falam e seu marido, depois que veio para Manaus, passou a falar mais em Português. O uso do Nheengatu se dá mais fora do lar, quando ML conversa com uma vizinha que fala esta língua ou sempre que encontra outros indígenas que também a dominam.

Quanto à atitude lingüística, observa-se que a língua Nheengatu não foi transmitida pelos membros da segunda geração aos seus filhos por opção, porque, segundo os entrevistados, havia a mentalidade de que falar esta língua atrapalharia na aprendizagem do Português, o que pressupõe uma atitude de desvalorização do Nheengatu, no entanto, ML é uma exceção, pois procura oportunidades para falar, não só gosta como faz questão de se comunicar nesta língua.

6.7 Família VII (Bairro de Manaus)

Esta família é originária do sítio Santo Antônio que fica próximo de Cucuí. É composta de 25 pessoas que residem em Manaus. Destas, três não são indígenas. Dos membros desta família que moram em Manaus, foram entrevistadas quatro pessoas, sendo que, duas da segunda geração e duas da terceira. A migração desta família para Manaus iniciou-se com FN e BN (terceira geração), por volta de 1977. Estes ao chegarem nesta cidade constituíram família com não indígenas e aqui ficaram. Por volta de 1985, MV (terceira geração) migra para Manaus e pouco depois traz sua mãe (IN) para cá. Em 1987, seu pai, RV (segunda geração) chega com os outros filhos (terceira geração) para morar em Manaus e fixa residência no bairro de no Lírio do Vale II, onde residem até hoje.

O Nheengatu e o Português já faziam parte do repertório lingüístico desta família desde a primeira geração. Os pais de RV (terceira geração) eram bilíngües ativos em Nheengatu e Português, enquanto que o pai de IN era bilíngüe ativo em Português e passivo em Nheengatu e sua mãe, era monolíngüe em Nheengatu. Já os membros da segunda geração desta família apresentam

um bilingüismo ativo em Nheengatu e Português. Observa-se que da segunda geração para a terceira houve um processo de perda lingüística, pois todos seus membros apresentam um bilingüismo passivo em Nheengatu. Quanto aos membros da quarta geração, a perda do Nheengatu é total, pois estes são todos monolíngües em Português.

Quanto ao valor funcional do Nheengatu para esta família, observa-se que para os membros da segunda geração, no domínio do lar, ele é mais utilizado entre RP e IN (segunda geração), e entre IN e a nora (MA) que também é Baré. Já fora do lar, apenas RP, IN e MA, utilizam esta língua para se comunicar com os vizinhos, pois os membros da terceira geração sabem apenas algumas palavras e as usam mais para brincadeiras. Para os membros da quarta geração, o Nheengatu não apresenta mais nenhuma funcionalidade.

A atitude lingüística desta família é desfavorável à língua Nheengatu, pois, de acordo com os entrevistados da segunda e da terceira geração, desde que os filhos eram crianças sempre falaram com eles em Português.

6.8 Família VIII (Bairro de Manaus)

Esta família é composta por 20 pessoas, sendo que dezesseis são Baré e quatro não são indígenas. Desta família foram entrevistados dois membros, um da segunda geração (MM) e um da terceira (NS). Esta família é originária do sítio Anadono, rio Einin, igarapé do rio Negro. O processo migratório desta família iniciou-se em 1972, quando os filhos de MM e NC migraram para Manaus a fim de dar continuidade aos estudos. Em 1974, os demais membros da família migram também para Manaus.

O Nheengatu faz parte do repertório lingüístico desta família desde a primeira geração, assim como o Português e o Castelhana. MM (da segunda geração) apresenta um bilinguismo ativo em Nheengatu e Português. MM aprendeu o Nheengatu desde a infância, principalmente com a mãe (primeira geração). NC, também da segunda geração, apresenta um plurilinguismo ativo em Português e passivo em Nheengatu e Espanhol. Já os membros da terceira geração apresentam um bilinguismo passivo em Nheengatu e ativo em Português. Os membros da quarta geração apresentam um monolinguismo em Português.

Quanto ao valor funcional do Nheengatu para esta família, ele quase não tem mais nenhuma utilidade, pois a única falante do Nheengatu nesta família não tem com quem usar a língua, no domínio do lar. Fora do lar, só usa quando vai para a comunidade de São Sebastião, (município de Manaus), onde há pessoas que também falam o Nheengatu. Já para os membros da terceira geração, mesmo para as relações comunicativas com os pais, a única língua utilizada é o Português.

Com relação à atitude lingüística, MM (segunda geração), única falante do Nheengatu nesta família, manifesta o desejo de aprender mais o Português, “porque quando fala se atrapalha, quer entrar o Nheengatu pelo meio”. Também se manifesta favorável a que seus filhos aprendam o Nheengatu, embora não o tenha transmitido a eles. Quanto ao fato de não terem transmitido a língua aos filhos, NS (terceira geração) afirma que isso ocorreu porque se evitava falar em Nheengatu ainda quando viviam no Alto rio Negro, por causa da discriminação dos que vinham de fora, principalmente dos militares; era proibido falar Nheengatu.

6.9 Família IX (Bairro de Manaus)

Esta família migrou para Manaus há 35 anos e é originária do sítio Divisão que fica perto de Cucui. É composta por 18 pessoas, sendo dezesseis Baré e dois não indígenas (cônjuges). Dentre seus membros foram entrevistados quatro pessoas da terceira geração. O processo migratório desta

família inicia-se com CC que em 1969, com 23 anos, vem para Manaus. Atualmente vive com MJ, que também é Baré, e tem seis filhos, sendo que apenas um não reside em Manaus. PC, irmão de CC, migra para Manaus com sua esposa (Baré) e filhas em busca de trabalho em 1994.

Esta família é a única que tem lembrança da língua Baré ter feito parte do seu repertório lingüístico. Esta língua, segundo CC, teria sido transmitida pelos seus avôs maternos à sua mãe (KC) os quais eram originários de Santa Rosa de Amanadona-Venezuela. No entanto, hoje, já bastante idosa, KC, apenas entende o Baré, não o fala mais. Além do Baré, faz parte do repertório lingüístico de KC o Nheengatu, o Castelhana e o Português, línguas que ela fala e entende. Já aos filhos, CC e PC, KC não transmitiu sua língua materna, o Baré. CC apresenta, no entanto, um plurilinguismo ativo em Castelhana, Português, Nheengatu, Ianomami e Piaroa, enquanto que seu marido MJ, apresenta um plurilinguismo ativo em Nheengatu, Castelhana e Português e, seu irmão PC e esposa, um bilinguismo ativo em Nheengatu e Português. Já os filhos e netos de CC e PC apresentam um monolinguismo em Português.

Quanto ao valor funcional das línguas que fazem parte do repertório lingüístico desta família, verifica-se que há uma alternância entre três línguas, o Nheengatu, o Português e o Castelhana, sendo que, principalmente o Português é utilizado pelos membros da terceira geração para se comunicar com os da quarta e terceira gerações. O Castelhana é utilizado apenas por CC para conversar com a mãe, seu irmão e a filha mais velha. Já o Nheengatu é usado no domínio do lar entre os membros da terceira geração, principalmente quando não querem ser entendidos, mas também fora do lar com amigos e outras pessoas que o falam, ou quando vão passear em seu lugar de origem.

Quanto à atitude lingüística, observa-se que a língua mais valorizada é o Português, pois é a língua que foi transmitida aos filhos, tanto na segunda, quanto na terceira geração. Das línguas que compõem o repertório lingüístico desta família, observa-se que o Nheengatu é hoje é uma forma de marcar a identidade étnica do grupo, pois alguns membros da terceira geração desta família são engajados em organizações indígenas e, mesmo não utilizando muito esta língua, pois falam mais em Português ou em Espanhol, são favoráveis à revitalização do Nheengatu.

6.10 Família X (Bairro de Manaus)

Esta família, originária de Cucui, é composta por oito pessoas, sendo seis Baré e dois não indígenas, que residem em Manaus há dezoito anos. Dentre estes foram entrevistados dois membros da quarta geração. A migração desta família começou com IA que veio para Manaus em 1987 para vender ouro e resolveu ficar. IA constituiu família em Manaus com uma mulher não indígena e tem dois filhos. Sua irmã, AA veio para Manaus há cerca de quatro anos.

O Nheengatu faz parte do repertório lingüístico desta família desde a primeira geração, juntamente com o Português e o Castelhana. Os membros desta geração transmitiram estas três línguas aos seus filhos (segunda geração), embora já falassem com eles mais em Português. Em consequência, os membros da terceira geração desta família (IA e AA) apresentam um bilinguismo passivo em Nheengatu e Castelhana e ativo em Português. Já os membros da quarta geração desta família apresentam monolinguismo em Português.

Quanto ao valor funcional, já não há quase nenhum para a geração de IA e AA, menos ainda para a geração de seus filhos, pois a língua que tem uso geral em todos os domínios é o Português. IA usa o Nheengatu apenas para saudar, cumprimentar os vizinhos ou então para brincadeiras, gozação. Já AA que também só sabe algumas frases soltas, e usa a língua para brincadeiras.

Quanto à atitude lingüística, não há muita valorização do Nheengatu nesta família, seja pela falta de função, seja pelo uso apenas para cumprimentos e brincadeiras, mas, principalmente por

não ser transmitida às gerações futuras. Apesar dos entrevistados manifestarem interesse na preservação desta língua como uma forma de preservar a cultura.

7. Considerações finais

Através desta pesquisa pôde-se caracterizar a situação sociolingüística dos Baré residentes em Manaus, analisando o nível de bilingüismo ou o monolinguismo (bilingüismo individual) dos membros desses grupos e o valor funcional (bilingüismo social) das línguas que compõem o repertório lingüístico dos mesmos.

Nesta pesquisa foram localizadas no município de Manaus, 256 pessoas do grupo Baré, as quais foram agrupadas em 10 famílias extensas, sendo que 109 pessoas vivem na comunidade Terra Preta, 18 no Livramento (município de Manaus) e as demais em diferentes bairros de Manaus. Para a análise da situação sociolingüística do grupo foram entrevistados 38 Baré.

Pôde-se constatar que, entres os membros do grupo Baré que foram localizados, as línguas indígenas do repertório lingüístico das famílias, estão sendo substituídas pelo Português nas gerações mais novas. Quase todas as famílias apresentam situações de pluri- ou de bilingüismo ativo nas línguas indígenas de seu repertório lingüístico para as gerações nascidas na área indígena (os adultos).

No repertório lingüístico dos Baré, a língua do grupo aparece apenas de forma passiva, isto é, sendo apenas entendida, por um único membro do grupo, os demais apresentam, desde as gerações mais antigas, o Nheengatu em seu repertório lingüístico. Além das línguas indígenas já faz parte do repertório lingüístico dos Baré, há várias gerações, o Português, o qual atualmente é a principal língua de comunicação para a maioria dos membros destes grupos, sendo que os jovens e crianças, em sua maioria, já apresentam um monolinguismo em Português.

Pôde-se também perceber que as línguas indígenas não possuem quase que nenhuma funcionalidade para os membros destes grupos que residem na cidade de Manaus, isto é, são usadas com pouca frequência. Na comunidade Terra Preta a situação é mais favorável para as línguas indígenas, principalmente para o Nheengatu que é a língua falada e usada diariamente pela maioria dos Baré adultos que lá residem. No entanto, em Terra Preta, assim como em Manaus, os pais não estão transmitindo suas línguas indígenas aos filhos que estão se tornando monolíngües em Português. A não transmissão da língua indígena aos filhos já denota uma atitude de não valorização desta, pois, conforme DE Heredia (1989, p.178), a fidelidade lingüística pode ser percebida nas atitudes dos falantes: o uso efetivo da língua e a transmissão às gerações futuras.

Embora a maioria dos entrevistados diga que gostaria que seus filhos aprendessem o Nheengatu, seu comportamento lingüístico não se coaduna com o que falam, pois quase não utilizam sua língua para se comunicar com seus filhos. Para que o Nheengatu ou outras línguas indígenas possam ser revitalizadas é necessário primeiramente que haja uma mudança de atitude e de comportamento com relação as essas línguas. Somente assim estas poderão manter-se vivas no meio urbano.

8. Referências

CABALZAR, Aloísio & RICARDO, Carlos Alberto (editores). **Povos Indígenas do alto e médio rio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental do noroeste da Amazônia brasileira**. São Paulo: ISA; São Gabriel da Cachoeira, Am: FOIRN, 1998.

DE HEREDIA, Christine. Do bilingüismo ao falar bilingüe. In: VERMES, G. e J. Boutet (orgs.). **Multilingüismo**. Campinas: UNICAMP, 1989. p.117-219.

F. Queixalós & O. Renault. (orgs.). **As línguas Amazônicas hoje**. São Paulo, 2000.

FISHMAN, Joshua. Language maintenance and language shift as fields of inquiry. In: **Linguistics**, 9, p.32-70, 1964.

GALVÃO, Eduardo. Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Instituto Socioambiental (ISA) & Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). **Comunidades indígenas do Alto e Médio rio Negro**. 2ª versão preliminar. São Gabriel da Cachoeira/AM, 1996. (relatório não publicado)

MEIRA, Marcio. Baniwa, Baré, Warekena, Maku, Tukano...: Os Povos Indígenas do 'Baixo Rio Negro' querem ser reconhecidos. In: **Povos Indígenas no Brasil**. Série Aconteceu Especial 18. São Paulo, 1991.p.135-140.

RAMIREZ, Henri. **Línguas Arawak da Amazônia Setentrional: Comparação e Descrição**. Manaus: EDUA, 2001.

Anexo 1

LOCALIZAÇÃO BARÉ

